

# O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó (SC)

*Janete Facco\**  
*Loivo A. Lemes\*\**  
*Leonel Piovezana\*\*\**

## **Resumo**

O índio, a aldeia e o urbano na formação sócio-espacial de Chapecó (SC) tem por objetivos identificar o índio como ser presente no processo de desenvolvimento regional; identificar as ocupações indígenas no espaço urbano de Chapecó-SC; mapear os pontos de parada e acampamentos indígenas no perímetro urbano a partir do século XIX; relata como se deu o processo de desocupação do espaço urbano de Chapecó pelos índios Kaingang; verificar a adaptação ou não na terra rural demarcada e identificar como se processa o trabalho da família indígena no espaço urbano de Chapecó. Relata ainda, através dos jornais rasteados desde 1939: O Índio, o tempo e a história viva.

**Palavras chave:** Kaingang; Guarani; Índio urbano

## Introdução

As populações indígenas do Brasil têm sido vítimas históricas de todo tipo de exploração e de negação dos direitos humanos.

Nesse início do século XXI, os sobreviventes que integram quase duas centenas de pequenos povos, reivindicam não só o respeito a sua condição de membros indígenas integrantes de minorias étnicas, como também seus direitos individuais e coletivos, decorrentes de sua existência, como entidades concretas, mantenedoras de características culturais próprias. Os integrantes desses diversos povos estão sujeitos à tutela do governo federal. Embora polêmicos, há consenso entre antropólogos e advogados que este direito é conveniente aos índios em face de inexperiência desses no convívio com a sociedade dominante.

Segundo Marcon (1994), somam cerca de 180 os povos indígenas que subsistem no Brasil hoje. Esses povos têm língua e culturas próprias e convivem, em maioria com a sociedade nacional. Poucos são os grupos que vivem isolados. Demograficamente, esses povos contam com um contingente populacional que oscila entre 450 a 600 mil pessoas. Um contingente bastante pequeno, remanescente de uma população original, que foi rapidamente dizimada pelo convívio com o branco conclui Marcon.

Para Cabral (1998): “A história entre brancos e índios no Brasil é baseada na dominação e no extermínio. Uma herança trágica de que os brasileiros, hoje, tem de tomar consciência e reparar”. Há relatos, referentes ao sul do Brasil, informando que no início do século XVII, a população indígena ocupante do litoral em Santa Catarina e Rio Grande do Sul somavam aproximadamente 100 mil indivíduos.

Em Chapecó, os índios que permanecem ou perambulam pelo no espaço urbano, muitos são remanescentes da cidade, que foram desapropriados de seus espaços de pertencimento e por entendimentos societários, depositados a uma nova realidade, na zona rural, que até então era o local da coleta de matéria prima para a confecção de seus artesanatos. Os dois espaços são convergentes e necessários. No caso o urbano, foi-lhes tirado.

Tirados do espaço urbano, o grupo Kaingang passou a habitar na comunidade de Água Amarela, interior do município de Chapecó, demarcada como Terra Indígena Condá. Interessante registrar que o fato de terem vivido por muitos anos na cidade, o grupo manteve o seu idioma, sendo todos falantes, o que é raro em outras comunidade indígenas Kaingang da região.

Habitando na terra demarcada, as práticas agrícolas não lhes são comum e a cidade volta a ser o palco de sobrevivência da grande maioria, onde é o pai, a mãe e os filhos, sempre estão juntos no trabalho, vendendo seus artesanatos, pedindo doações e dormindo em terrenos vazios e locais escondidos dos olhos da FUNAI e/ou outros órgãos assistenciais. Ouvimos parte desse povo, procurando entender suas territorialidades e espaços, bem como a presença de processos de exclusão, discriminação e preconceitos.

O índio urbano em Chapecó (SC) não deixa de ser considerado um “problema social”, o qual a sociedade ignora.

Com a falta de terra indígena demarcada no decorrer da história brasileira, os índios foram obrigados a viver nos lugares mais íngremes, nas beira de rios, nas periferias das cidades. É comum encontramos descendentes indígenas morando na cidade e não se identificando como índio.

No caso indígena Kaingang de Chapecó, antes da constituição do espaço urbano, os mesmo habitavam esse local e com a expansão e formas de organização da sociedade vigente, foram cada vez mais, expulsos para as periferias e destas para o “nada”. Após alguns anos foram depositados em terras distantes do centro urbano, dificultando e tornando quase que impossível sua sobrevivência. Não se adaptando a essa “renovada” realidade imposta, voltam como peregrinos e sem “lar” habitar as ruas da cidade.

Quais foram os critérios para desapropriar os índios que habitavam o espaço urbano de Chapecó (SC)? Por que os índios devem habitar somente no espaço rural? Não poderia ser possibilitado outras formas de vida a essa gente? Não são capazes de conviver com a sociedade não indígena urbana?

Para Milton Santos (1996), a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Muitas vezes esse resultado é independente da vontade dos indivíduos, que precisam migrar, devido as circunstâncias que se encontram, no qual, provocam mais pobreza.

### **O “outro” é o bárbaro?**

A extrema diversidade das sociedades humanas raramente apareceu aos homens como um fato, e sim como uma aberração exigindo uma justificação. A antigüidade grega, segundo Laphlatine (1987), designava sob o nome de “bárbaro” tudo o que não participava da helenidade; o Renascimento, os séculos XVII e XVIII falavam de “naturais” ou de “selvagens” (isto é, seres da floresta), opondo assim uma animalidade á humanidade. O termo primitivo é que triunfará no século XIX, enquanto optamos preferencialmente na época atual pelo de subdesenvolvidos. Essa atitude, que consiste em expulsar da cultura, isto é, para a natureza todos aqueles que não participam da faixa de humanidade á qual pertencemos e com a qual nos identificamos, infelizmente é uma realidade.

Entre os critérios utilizados a partir do século XVII pelos europeus para julgar se convém conferir aos índios um estatuto humano, surge uma resposta negativa.

“Eles falam uma língua ininteligível, não acreditam em Deus, não têm alma, não têm acesso a linguagem, são feios, alimentam-se como animais, são selvagens, sem moral, sem religião, sem lei, sem escrita, sem consciência e sem razão (LAPHLATINE, 1987, p.37-53)”. Opiniões desse tipo são inumeráveis, e passam tranquilamente para nossa época como herança histórico-cultural dos séculos passados. Mesmo com a evolução do mundo e das pessoas, os povos indígenas sofrem consequências de uma história que já começou sob um ângulo retorcido do ponto de vista das outras sociedades, consideradas “certas”.

No Brasil, como no resto do mundo, desde o início com a chegada do europeu, o que se fez foi escravizar e explorar os indígenas e suas terras. E aqueles que não rendiam eram massacrados, tudo em razão da riqueza existente em suas terras e pelo poder.

Com a expansão territorial brasileira, seja às custas da procura pelos metais preciosos ou pela mão-de-obra escrava indígena, o espaço meridional do Brasil vai se definindo e conforme a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, pode-se perceber o interesse e os “tratos” dispensados aos Kaingang, conforme segue:

Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se achão os campos geraes de Curitiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam o outro lado às cabeceiras do Uruguay (...) infestados pelos Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...) e fazendo-se cada vez mais evidente que não há meio algum de civilisar povos bárbaros (...) sou servido por estes e outros justos motivos que hora fazem suspender os efeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordeno-vos: deveis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros Índios (CARTA RÉGIA, 05/11/1808).

No que coloca Fernandes (2000), em seu livro *Kaingang: Terra, história e cultura*, os Kaingang entraram na pauta da política indigenista nacional pelas mãos de Dom João VI. Nestes dois séculos de contatos entre brancos e índios a “guerra” contra os Kaingang tem implementado estratégias diferentes para tratar de um mesmo problema: a presença dos Kaingang nos cobiçados campos e matas do sul do Brasil. Aos olhos dos colonos que habitam as regiões vizinhas das terras Kaingang, estes índios não são mais índios, tampouco são brancos - não passam de “uns caboclos”. Entretanto, basta um olhar atento sobre a realidade Kaingang, para vermos que a forma como vivem e negociam sua presença em um território cada vez mais disputado expressa muito claramente padrões tradicionais de sua organização social e visão de mundo.

## Uma cultura diferente

Existem inúmeras maneiras de demonstrar aspectos tradicionais da cultura Kaingang na construção da sociabilidade do presente. Poderíamos dizer, por exemplo, que embora em algumas terras Kaingang a língua (“o idioma”, como dizem) nativa não seja mais utilizada, grande parte dos Kaingang são bilíngües. Poderíamos optar por comentar os casamentos ou a constituição das famílias e das casas Kaingang, pois estas dimensões sociais revelam que a escolaridade e a patrilinearidade se mantêm como padrões ativos de organização. Padrões estes já revelados pelos observadores dos primeiros anos de contato e igualmente presente em outras sociedades jê. Poderíamos ainda falar do dualismo Kaingang com sua organização em metades exogâmicas dotadas de funções e pinturas, rituais específicos. No passado certamente as marcas do dualismo eram mais visíveis, como ainda encontramos em outras sociedades jê. Hoje em dia, mesmo que os mais jovens não utilizem os termos Kamé e Kairu para designar as metades (dizem eles que isso é coisa dos antigos), todos sabem se são “riscados” ou “pintados” (na referência às pinturas rituais dos Kamé e dos Kairu, respectivamente).

Os aspectos tradicionais da dinâmica cultural Kaingang oferecem muito mais do que um exemplo de resistência de uma sociedade frente a um massacre programado que já dura quase dois séculos. São estes aspectos da cultura tradicional que constituem as referências chave para a elaboração e implementação das estratégias Kaingang com relação ao seu convívio com os brancos. Nos últimos vinte anos os Kaingang tem experimentado um processo de recuperação de terras e de revitalização cultural. Apenas em Santa Catarina, duas terras indígenas foram recuperadas pelos Kaingang - Toldo Chimbangue e Toldos Pinhal já demarcados - e duas outras estão em processo de recuperação - Toldo Imbu e Aldeia Condá. A recuperação de terras e a ênfase atribuída á visibilidade cultural Kaingang deve ser compreendida como dimensão de uma mesma

estratégia. Em certo sentido, esta é uma resposta extemporânea a Dom João VI.

Selistre de Campos não deixou de demonstrar, em 1941, a existência do grupo Kaingang em Chapecó em seus escritos, como neste trecho do manuscrito intitulado “Índios de Chapecó e suas terras”:

Até findar o século passado ainda existia um (toldo) situado no lugar onde está assentada a cidade, sede do município, o que constitui a origem da sua denominação: Passo dos Índios, e que vigorou até o ano de 1938, sendo substituído pela denominação Chapecó, pela Lei Federal, que regularizou a divisão territorial do país. Distante menos de 20 Km a leste, próximo ao Rio Iraní, houve o toldo Chimbangue, cujos Índios, com pressão da colonização, foram se deslocando para o interior da mata, rio acima. “Pelo ano de 1941, funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, visitaram esses Índios não mais aglomerados em um toldo, porém habitando separados, não longe uns dos outros, todos em estado de extrema pobreza.

Ao longo deste processo de recuperação de terras, os Kaingang tem deixado claro que as terras recuperadas devem ser acompanhadas de instrumentos de construção de sua sociabilidade. Hoje em dia a sociabilidade Kaingang exige elementos que os distanciam de seu passado tradicional: “ingredientes aculturadores”, diriam alguns, os Kaingang imprimem marcas de sua tradição tanto nas terras recuperadas a fim de reorganizar a sua sociedade. A principal marca desta tradição é o poder reconhecido das lideranças. Da forma que as lideranças do século XIX souberam negociar com as autoridades provinciais a oficialização da presença dos Kaingang nos territórios do sul do Brasil, as lideranças do presente empreendem esforços tanto na direção do confronto voltado a recuperação das terras, quanto na direção do convívio com as autoridades locais, regionais e nacionais, visando garantir os instrumentos necessários para a manutenção dos Kaingang nas terras recuperadas. Enfim, a centralidade da chefia na constituição dos grupos Kaingang é um marco na tradição cultural deste grupo.

A recuperação de terras deve também ser compreendida como um evento que proporciona, ao mesmo tempo, a ratificação do poder político das chefias atuais (ou por articularem a recuperação de terras junto às autoridades nacionais, ou por reforçarem as divisões faccionalistas gerando grupos de excluídos e, portanto, gerando a necessidade de novas terras) e a oportunidade de constituição de novas lideranças. O faccionalismo político – que foi explorado pelos agentes do indigenismo oficial como um mecanismo de desarticulação cultural – combinado aos conceitos Kaingang sobre “natureza, território e sociedade”, tem orientado as estratégias Kaingang voltadas à recuperação de terras e à reconstrução de sua sociabilidade.

Embora os Kaingang tenham tido certo êxito nos processos de redemarcação de suas terras, não podemos minimizar os efeitos devastadores e mesmo traumáticos que as expulsões produziram nos Kaingang do presente.

O caso dos índios do toldo Chimbangue, em Chapecó – SC, que após um longo processo de reivindicação, os sobreviventes na localidade de Chimbangue (Sede Trentim), próxima ao centro urbano de Chapecó – SC, lograram, em 1985, o reconhecimento e a demarcação de terras que tradicionalmente ocupavam (Decreto 92.253/85). A solução da questão obrigou aos índios a abrir mão de mais da metade da área que disputavam (2.000 ha).

As discussões que se tratavam, em particular nos último três anos, sobre as terras Chimbangue são, no nosso entender, bastante elucidativas sobre o entendimento que tem a sociedade regional e as lideranças nacionais sobre a minoria indígena.

Para Santos (1973), que fez estudos em terras indígenas do Toldo Chimbangue, a causa dos índios Kaingang teve o apoio decisivo do CIMI, da AMAI, da ABA, da OAB, seção de Santa Catarina, de religiosos, de estudantes, de professores, enfim, de boa parcela da sociedade civil. No calor da disputa, o CIMI, apoiado na Pastoral da Terra e prestigiado por diversas instituições e intelectuais, deflagrou duas greves de fome, objetivando o encontro de soluções para a situação. Diversas reuniões aconteceram em Chapecó, em



Florianópolis e em Brasília, envolvendo as lideranças indígenas, os colonos que haviam se intrusado nas terras dos índios, políticos, administradores, o Governador de Santa Catarina, dirigentes da FUNAI, do INCRA, do MIRAD e do Ministério do Interior, além de lideranças da sociedade civil, que apoiavam os índios. O bispo de Chapecó, na época, Dom José Gomes, que decididamente apoiou as reivindicações indígenas foi alvo de críticas por parte dos colonos envolvidos na questão, bem como por significativo números de lideranças políticas locais. Tudo isso, praticado dentro de um contexto que o indivíduo emerge claramente como selvagem, o bruto, o obstáculo ao desenvolvimento local e regional.

A ocupação imemorial dos indígenas nas terras que estavam em disputa foi comprovada pelo advogado Júlio Giger, da AMAI, através do documento intitulado “Toldo Chimbangue – Direito Kaingang em Chapecó”. O mesmo aconteceu quando a FUNAI solicitou um parecer técnico a antropólogos da UFSC. As professoras Anelise Nackel e Neusa Bloemer, secundadas pela antropóloga da FUNAI, Ana Maria Lange, elaboraram um relatório caracterizando toda a situação local, bem como resgatando a documentação referente à presença dos indígenas nessa área e toda a tragédia que estavam vivenciando. Demonstraram também que os indígenas haviam se concentrado às margens do Rio Iraní, numa área de refúgio, já pressionados por frente de expansão da sociedade nacional. Esta área de refúgio aos poucos foi cobiçada, iniciando-se aí o processo de grilagem e de repassamento de lotes coloniais para migrantes originários do Rio Grande do Sul.

Os indígenas Kaingang começaram a reivindicar a retomada de suas terras em 1969. Provavelmente foram estimulados por várias iniciativas semelhantes, tomadas pelos Kaingang nos postos indígenas da região sul, a partir de 1968. A época, através de procedimentos, até hoje não esclarecida, a FUNAI obteve apoio da Polícia Federal e do SNI (Serviço Nacional de Informações), além das polícias estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para promover o desintrusamento das áreas indígenas. Os colonos que

ocupavam terras indígenas, por arrendamento ou apossamento, foram simplesmente expulsos. Os índios lideraram esse processo. Mas há fortes suspeitas que eles não seriam os beneficiários das terras lideradas pelos ocupantes brancos. A época desenvolvia-se um esforço governamental no sentido de outorgar ao índios a cessação da tutela. Outrossim, também era corrente a interpretação simplista do dispositivo Constitucional que integrava como patrimônio da União as terras ocupadas pelos indígenas. A reação promovida pela sociedade civil, fortemente apoiada pela ação de advogados e antropólogos, fez abortar a proposta governamental que decretava a cessação da tutela e com isso os prováveis projetos de utilização das áreas indígenas do sul, agora lideradas de colonos e índios, não se efetivaram. (Art. 4º da Constituição de 1967, na relação dada pela Emenda de 1969). A parte mais dramática de todo esse processo foi aquele que culminou com a instalação de um acampamento de colonos expulsos do PI – NONOAI, na chamada Encruzilhada Natalino.

Somente a partir de 1982, graças ao apoio recebido do CIMI, os índios do Toldo Chimbangue – que viviam praticamente servindo como mão-de-obra para os colonos que, de boa fé ou não, haviam se apossado de suas terras – começaram a pressionar a FUNAI para lograrem a reconquista de suas terras. Em disputa estavam cerca de 2.000 hectares e a tendência geral das autoridades locais era a de considerar a inexistência de índios nessa área.

A população Kaingang permanente do Chimbangue era de cerca de 90 indivíduos, em 1983. Número relativamente grande de Kaingang não definidos como índios viviam fora da área e estavam dispostos a regressar para o Chimbangue, caso houvesse uma definição das terras. Em 1996, essa população atinge 170 índios, dos quais 30 a 40 são oriundos do acampamento urbano e do PI Votouro – RS. Em 1983, fortemente pressionada a FUNAI resolveu enfrentar a questão. Reconheceu os Kaingang do Chimbangue enquanto grupo, bem como seu direito às terras em disputa.

Segundo Santos (1973), quando foi realizada uma pesquisa no PI Chapecó (localizado no município de Xanxerê – SC – e antes

denominado Dr. Selistre de Campos), nos anos de 1967/69, constatou que o primeiro chefe do posto, Francisco Fortes, dava assistência permanente ao grupo aldeado em Chimbangue. E também o juiz Selistre de Campos, na época atuando em Chapecó, dedicou boa parte de suas energias para salvaguarda dos interesses dos índios do oeste catarinense, inclusive os de Chimbangue.

Ao se iniciar a transnacionalização da economia na região oeste, nos finais dos anos sessenta, as relações entre índios e brancos se agravaram. A soja começou a ser cultivada com intensidade. A mecanização da lavoura intensificou-se. Paralelamente, ocorreu a expulsão da mão-de-obra que até então vivia nas fazendas de criação e exploração da erva-mate, na condição de agregados e assalariados. As terras ocupadas pelos índios cada vez mais começaram a ser coibidas pelos brancos, digam-se, em maioria, despossuídos, vítimas de uma organização fundiária extremamente perversa.

È nesse contexto que os índios do Chimbangue assistiram indefesos a grilagem e ao intrusamento da pequena área-refúgio que ocupavam. O acordo que sucedeu (1985) levou os índios a perderem em definitivo a metade dessa área. Os colonos que se localizavam na parte acordada, para permanecer com os indígenas, foram indenizados ou reassentados. Mas o caso Chimbangue não terminou.

D. José Gomes na Presidência do CIMI declarou:

reconhecendo os erros que cometemos como igreja na nossa situação missionária junto aos povos indígenas, pede perdão a eles e a Deus. As áreas indígenas, mesmo as demarcadas, continuam sendo invadidas, até mesmo com apoio de órgãos oficiais. Mas é importante ter presente que os posseiros pequenos lavradores, também são vítimas da opressão, do capital e do latifúndio e não deve ser vistos como inimigos do povo indígena. A igreja deve continuar lutando por ambos.

Conforme trabalho de Kimiye Tommasino (professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina), a cidade de Chapecó (SC) abriga uma população indígena difícil de ser estimada. Há uma população flutuante que vem a essa

cidade em busca de atendimento médico e outros serviços e mesmo para venderem artesanato, mas que moram nas Áreas Indígenas - AIs. Há também famílias que residem em bairros da cidade. Estes são visíveis e provocam reações as mais variadas da população urbana e acionam todos os preconceitos acumulados contra os índios, e se constituem enquanto “problema social” da cidade de Chapecó.

Nasceram 78 pessoas em AIs e 134 pessoas fora de AIs, sendo estes nascimentos principalmente na cidade de Chapecó-SC, segundo informações do documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação da cidade de Chapecó em maio de 1997. Somente essa informação é suficiente para questionar a política da Prefeitura de pressionar a Funai para “repatriar” os índios da cidade quando mais da metade deles nasceu em Chapecó.

A Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências:

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade... garantia do direito á cidade, o direito á terra urbana a moradia... para as presentes e futuras gerações.

O plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó – SC – PDDTC estabelece:

Art. 7º - Justiça social, inclusão social, direito á cidade para todos, compreendendo o direito á terra e a moradia,... direito universal a moradia digna respeitada as diversidades étnicas e culturais.

Art. 8º - O respeito e a integração entre as diversas culturas e etnias municipais mediante a adoção de medidas e ações não discriminatórias no processo de desenvolvimento territorial, planejamento e gestão do território.

Para atingir aos objetivos deste estudo, foram aplicados 50 (cinquenta) questionários em vários locais do centro de Chapecó (SC). Registramos o desinteresse das pessoas em responder as questões, por se tratar de indígenas, principalmente os que perambulam pelo

centro da cidade. Algumas pessoas colocaram que a presença indígena Kaingang na cidade de Chapecó (SC), fica “feio” à imagem da cidade e perante o resto do Estado. Estas questões nos levaram a fazer as perguntas abaixo às pessoas:

1) Há quanto tempo você percebe grupos indígenas perambulando pelas ruas da cidade de Chapecó?

Interessante observar que noventa por cento das pessoas responderam que os vêm há muitos anos e os demais dez por cento dizem tê-los percebido há poucos anos.

2) Você acha que a presença do Índio no espaço urbano de Chapecó é negativo à imagem da cidade?

A grande maioria das pessoas responderam que não é negativo, e que não vêm problemas, enquanto que trinta e dois por cento responderam que sim e que não fica bem para a cidade.

3) Você concorda com a remoção dos Índios do espaço urbano de Chapecó para uma reserva e no caso específico do grupo de Kaingang que ocupavam um espaço no bairro Palmital?

A população aqui encontra-se dividida e 52% responderam que não, contra 48% que sim e justificaram que a reserva seria o lugar deles e que eles seriam mais felizes lá.

4) Você acha possível a convivência do Índio com os não Índios no mesmo espaço?

A maioria das pessoas responderam e não souberam explicar suas respostas e as que responderam que sim, justificaram como irmãos humanitários.

5) Você costuma comprar artesanato indígena?

R: Cinquenta e quatro por cento das pessoas entrevistadas responderam que sim e o fazem frequentemente. Os demais 46% responderam que não e que comprariam.

6) Você se comove com a situação pobre e precária das famílias indígenas que perambulam pela cidade?

A grande maioria, 80% responderam que sim, mas que a FUNAI e o governo devem cuidar deles e 20% responderam que não, pois acham que são vagabundos e não deveriam estar pela cidade.

7) Você ajuda-os doando comida, roupas ou outros para eles? Muitas pessoas, 74% responderam que sim e que também são ajudados por eles quando solicitados. Os demais 26% responderam que não e que acham errado ajudá-los.

8) Você já ouviu falar que na época em que a cidade de Chapecó foi formada haviam Índios morando ou ocupando esse espaço, hoje urbano?

A maioria das pessoas, 68% responderam que sim e 32 % responderam que não.

Na coleta de depoimentos a maior dificuldade foi encontrar pessoas que nasceram em Chapecó (SC) ou que colonizaram a mesma e que se colocassem a disposição para falar sobre o assunto. Muitas das pessoas localizadas possuem conhecimento dos fatos, mas negam ou não querem falar sobre o papel do Índio na formação socioespacial da cidade. Algumas destas pessoas faltaram com a educação ao serem questionadas referente a pesquisa, quando se depa- raram com o assunto.

Também foram localizadas pessoas com boa vontade em ajudar, fornecendo informações, documentos, localizando espaços que marcaram o passado da cidade. Citamos como exemplo os depoimentos do Sr. Eduardo da Silva, 72 anos, que foi realizado em sua residência no Bairro Belvedere, cidade de Chapecó, nos dias 21/09, 04 e 05/10/2003 e segue transcrito na íntegra, no que diz:

A chegada dos meus parentes, foi em 1875 em Chapecó. Um em Água Santa e outro em Rodeio Chato. Não tinha escola, padre, não havia praticamente autoridade. Meu avô, José Pedroso da Silva, veio do Rio Grande do Sul, meu pai, seu Gregório Pedroso da Silva, nasceu aqui, assim como eu. Por isso, quando o Coronel Bertaso chegou aqui, pediu autorização à meu pai para colocar o nome de Campina do Gregório a toda a região que hoje é Chapecó, vendido pela colonizadora Bertaso. Acredito que minha família foi uma das desbravadoras de Chapecó por volta de 1875. Primeiro se ouvia falar da família Pedroso, depois os Rosas, os Fonseca e Pereira, nesta ordem, foram os primeiros a estarem aqui, muito antes da colonizadora Bertaso vir para cá. No local onde hoje é o centro havia muito mato e tinha muito índio. Eu tenho um primo casado com uma índia que era parente do chefe. Onde hoje é o Bairro Passo dos Fortes havia uma aldeia, também havia outra aldeia onde hoje é a praça no centro e iam banhar-se onde hoje é o canal que leva o nome de passo dos índios. Dificilmente havia briga entre os índios e os primeiros cidadãos de Chapecó. Quando vinham soldados de Florianópolis, que eram muito ruins, acontecia briga entre eles e os “bugres”. Eu fui delegado de Chapecó de 1958 á 1960. Joaquim Fortes era o índio misturado que morava no Passo dos Fortes junto com sua família, Ângelo Fortes, Virgílio Fortes, todos índios. Desde aquela época era um povo discriminado e então muitos resolviam deixar de ser índio, o que aconteceu com a família Fortes. Uns continuam índios até hoje, outros resolveram

desistir de suas terras e cultura para serem brancos e hoje vivem por aí, pela cidade, como brancos, mas com sangue de índio. A primeira casa de alvenaria de Chapecó era onde hoje existe o edifício Engemedede, na Avenida Getúlio Vargas. As pessoas vinham de mula do interior para ver a tal da casa de pedra, como falavam naquela época. Naquele tempo havia um cemitério, onde hoje é o edifício Zandavalli, até o hotel Lang, na Rua Nereu Ramos que ainda não existia, e ali eram enterrados tanto índios como caboclos, qualquer pessoa que morasse aqui, e esse é um fato que muitas pessoas negam ou escondem, mas eu sei pois nasci aqui. O meu avô, José Pedroso da Silva foi um dos primeiros colonizadores a chegar em Chapecó, mais ou menos em 1875, comprando 40 colônias aqui e 30 colônias em Linha Bento. Criava mula para levar a São Paulo, para o comércio de charque e porco, onde levava 4 (quatro) dias para chegar até Nonoai (RS) e 10 (dez) dias (quando não chovia) a Palmas (PR), lá era feito a troca por outras mercadorias. O meu avô trouxe o primeiro fogão á lenha para cá, de São Paulo a Joaçaba de trem, e depois até Chapecó de Carroça. Também trouxe o primeiro aparelho, que era um gramofone a corda. Quem comprasse um terreno dos Bertaso ganhava outro, muitas vezes os títulos das terras era ganho nas revoluções. O Sr. Cleveland, dos EUA demarcou as divisões entre Paraná e Santa Catarina tendo como limite as cordilheiras (divisores de águas), na região contestada, que corriam para o Iguaçu ou para o Uruguai.

O depoimento do Sr. Itelvino Francisco da Rosa, de aproximadamente 108 anos de idade, foi realizado em sua residência, na Linha Batistello, interior do Município de Chapecó (SC), no dia 01/11/2003, no que diz:

Nasci em Campo do Meio, antes de Soledade, e vim para Passo dos Índios (como era chamado Chapecó no início) ainda guri... Ia a cavalo até a cidade Passo dos Fortes, demorava um dia daqui (Linha Batistello) até lá. O nome da vila era Passo dos Fortes porque era uma grande família, os Fortes que hoje morreram todos. Eu era amigo deles, comia e dormia na casa deles, os ranchinhos eram de chão batido. Para ir até a cidade (Passo dos Fortes) era só de cavalo ou carroça. Eram índios, mas como nós gente boa. Eu nunca fui na escola, não existia naquela época. Tenho 11 irmãos, mas só eu de vivo. Nunca surrei ninguém e nem machuquei ninguém, meu pai ensinou nós assim, mas sofremos muita maldade dos outros. Tenho 14 filhos, do primeiro casamento são 6 e do segundo 8. Sou casado com a segunda mulher. Eu cheguei bem primeiro que a

colonizadora Bertaso aqui. Onde é a cidade hoje, só tinha muito mato e algumas casinhas de chão batido cobertas com capim que eram dos índios Kaingang. Lembro-me bem, os homens e as mulheres andavam de pé no chão, as mulheres mais velhas os vestidos arrastavam no chão e das mais moças iam até as canelas. Aqueles ranchinhos de tabuinhas eram espalhados por todo lugar onde hoje é o centro, e que eu me perco por lá sozinho de tanto que cresceu e mudou. Meu pai morreu com 85 anos mas não tinha nenhum fio de cabelo branco e usava cabelo e barba grande como eu. Somos gente boa, fomos bem ensinados pelo pai, se não fazia o que ele mandava a soiteira *pegava, nós fomos criados na roça, que foi minha escola, não sei lê, nem assiná* meu nome, no banco quando vou receber a aposentadoria coloco meu dedo. Se tivesse escola naquele tempo, eu hoje não estava assim, seria bem diferente. O caramelo na época era vendido solto numa lata e embrulhado num papel, nem se compara com hoje.

O Sr. Itelvino continua residindo no mesmo local na Linha Batistello, com sua esposa e seus filhos e netos em condições precárias.

A seguir, relatamos partes da pesquisa realizada no CEOM da Unochapecó e na Biblioteca Pública Municipal do Estado Santa Catarina em Florianópolis, em jornais que circulavam a partir da década de 1930.

Viriato Correia, notável escritor brasileiro, em um de seus livros, escreveu um capítulo sob o título: Grandes Índios. Chapecó teve também um Índio, cujo nome está incorporado à pátria, foi Vitorino Condá (Jornal “A voz de Chapecó” – 1ª página – 10 de dezembro de 1939).

Vitorino Condá, líder indígena Kaingang, com título de Soldo Major. Foi um grande “domesticador” de homens e mulheres Kaingang para o trabalho forçado e a serviço dos brancos. Considerado por muitos indígenas como um traidor e por outros como um salvador, um integrador. A exemplos de muitos grandes homens da história oficial, ele serviu aos interesses de uma elite interessada na limpa da terra e no chamado desenvolvimento desbravador, que marcou a história dos povos Kaingang do Sul do Brasil. Interessante observar, que quem lutou para a demarcação da terra indígena



Xaçecó, acompanhado por companheiros Kaingang foi o índio Cacique Vahnkler, grande defensor do seu povo e preocupado com as gerações futuras.

Durante alguns dias estiveram nesta cidade os cidadãos Paulino Almeida, encarregado do SPI, mantido pelo Governo Federal... os referidos cidadãos visitaram todos os toldos existentes neste município, encontrando os índios, remanescentes da antiga tribo dos Coroados, em estado de completa pobreza, lutando contra mil dificuldades, mal aparelhados para conseguirem os meios de subsistência. Ao mesmo tempo os ditos funcionários tomaram conhecimento, nos próprios locais de sua situação, das questões de terras, que há longos anos vêm exigindo providências governamentais (Jornal “A voz de Chapecó” – 1ª página – 05 de novembro de 1939).

Com o processo dos empreendimentos imobiliários na região oeste, o governo exigia que se reservassem áreas de terras para os pobres, mas não fiscalizava, acontecendo atrocidades e despejos das terras vendidas, sobrando encostas íngremes e periferias das propriedades rurais aos índios e caboclos, que não tinham como provar o direito à terra de pertencimento. O SPI, de certa forma, servia aos interesses dos mandatários da época.

Índios coroados. Em nosso município há alguns toldos de índios chamados Coroados. Estão localizados entre o Rio Chapecó e seu grande afluente Chapecosinho, distando da estrada geral de dez a quinze quilômetros. Nos livros e jornais são chamados Kaingang, constando haver um dicionário com essa denominação, da autoria de Frei Mansuelo Barcata... entre os índios Chapecoanos Kaingang quer dizer simplesmente índio (Jornal “A voz de Chapecó” – 1ª página – 31 de março de 1940).

Qualquer outra denominação poderia ser perigosa para os índios Kaingang, mesmo que no significado expressasse ‘povo do mato’, melhor proferir apenas índio. Os bugres, índios rebeldes e não batizados, que não aceitaram a dita “civilização” eram passivos de morte, caças e extermínio, além do descaso e da desconsideração como seres humanos. Viviam perambulando pelas matas e fundos

das propriedades, fugindo das armadilhas e dos bugreiros. Não tinham onde plantar e o roubo para a sobrevivência, em plantações e de pequenos animais domésticos era uma consequência.

A pedido do Sr. Paulino Almeida, encarregado do Serviço de Proteção aos Índios de Paraná e Santa Catarina, seguiu em visita aos toldos de Banhado Grande e Jacu, o Sr. Tenente Coronel Ledônio Quadros, que foi escolher o lugar para localização do posto deste município; já era tempo de serem tomados em atenção os humildes silvícolas de Chapecó, os quaes ainda não alcançaram os benefícios da civilização, se bem que há longos anos vêm em uma vida pacata, trabalhando por esforços próprios, nos limites de suas forças e deficiente entendimento (Jornal “A voz de Chapecó” – 2ª página – 14 de abril de 1940).

Os toldos não eram locais fixos ou territórios demarcados desses povos. Viviam acampados e fugindo das derrubadas e plantações, sobrando as periferias das vilas e cidades. Lugares demarcados não existiram, pois todos já estavam demarcados e loteados pelas colonizadoras e na grande maioria se constituíam ainda em grande reservas de exploração da madeira.

Comissionado pelo Sr. Paulino de Almeida, encarregado do Serviço de Proteção aos Índios de Paraná e Santa Catarina, viajou o Sr. Ledônio de Quadros tendo feito o recenseamento de 539 Índios (Jornal “A voz de Chapecó” – 2ª página – 28 de abril de 1940).

Número esse, de índios que assumiam a devida condição de indígenas Kaingang e não estão no cálculo, a grande maioria de homens e mulheres que habitavam como agregados, serviçais domésticas e peões nas propriedades da região, desapropriados dos pertencimento do grupo e das famílias.

A situação de incerteza e abandono dos Índios de Chapecó continua... é a eterna questão, caboclo brasileiro, marcha para o Oeste, proteção e no fim, patacoada, displicência, conversa fiada (Jornal “A voz de Chapecó” – 20 de outubro de 1940).

Poucas palavras de um jornalista, de uma pessoa que acompanhava o processo de abandono e descaso das lideranças e governo da época. Essa incerteza ainda é presente na primeira década do século XXI. Diria ainda hoje, muita conversa fiada e falsas promessas. Índios e agricultores são vítimas da política fundiária brasileira e o pior, legitimados em muitos casos como culpados desse processo.

Ao mesmo tempo achamos, como diz o Sr. Roquete Pinto, em seu livro Rondônia, à página 300: nosso papel social deve ser simplesmente proteger, sem procurar dirigir, nem aproveitar essa gente (os índios). (...) a nação deve ampará-los e mesmo sustentá-los (...) além disso, temos para com os índios a grande dívida contraída desde os tempos dos nossos maiores, que foram invadindo o seu território, devastando sua caça, furtando o mel de suas matas, como ainda agora nós o fazemos (Jornal “A voz de Chapecó” – 4ª página - 20 de abril de 1941).

Para além da publicação e da consciência do Sr. Roquete Pinto em favor dos povos indígenas, o fato de se ter publicado no Jornal “A Voz de Chapecó”, conota denúncia e a preocupação de pessoas com esses seres humanos, que, no fervor dos desbravamentos da região oeste catarinense, esses povos eram natureza e como tal, obstáculos para o desenvolvimento. Como nas derrubadas e limpas da terras, valiam também para os nativos.

O Governo do Estado do Paraná, no ano de 1902, quando esta zona estava sob sua jurisdição, reservou por decreto, uma área de terras, no ângulo formado pelos rios Chapecó e Chapecozinho, para habitação, uso e gozo dos Índios Coroados que aí se achavam localizados desde tempos imemoriais (Jornal “A voz de Chapecó” – Ano VII – n.º 206 – 24 de outubro de 1948. Diretor responsável: Dr. Cid Loures Ribas – Diretor Gerente: Olininho Zimmermann).

Pela primeira vez na história do Brasil os Kaingang, denominados então, de Índios Coroados, em 1902, pelo Decreto n.º 7, tiveram um espaço territorial demarcado. Eram 25 mil hectares de terra que recebiam como pagamento pelos trabalhos prestados na abertura

de caminhos e estradas, que ligavam Missões no RS a Guarapuava no PR. Devidos aos avanços das colonizadoras e os descasos dos governos da época, suas terras foram quase que na totalidade vendidas para, na grande maioria migrantes agricultores do Rio Grande do Sul, causando a partir dos anos de 1970 desapropriações. Atualmente a Terra Indígena Xaçepó reconquistou aproximadamente 16 mil hectares de suas terras que por direito lhes pertence e está situada nos municípios catarinense de Ipuacu e Entre Rios.

Foram algumas das publicações de época que selecionamos para este artigo, no intuito de despertar reflexões e agilidade nos processos de reconhecimento e de reparos às injustiças cometidas a esses povos que sobreviveram, mesmo que no anonimato.

### **Considerações finais**

Os povos autóctones, nossos índios, habitaram por primeiro essas terras. São donos da terra, dos espaços urbanos e como pessoas humanas, com direitos à vida. Esses direitos são de todas as pessoas, pois a terra não é privada, nem os rios, o ar, a chuva. Mas alguém fez leis excludentes, demarcações irregulares, roubos, escravidões e demarcações de espaços privilegiados para se viver bem. O outro, foi ou é um acaso, um infeliz, um vagabundo, um bugre... Estes precisam de tutela, de “reserva”, de vigilância e que tenham pouca instrução.

O espaço onde hoje existe a cidade de Chapecó (SC) foi o berço dos indígenas Kaingang e Guarani que perambulam pela cidade, mesmo que essa realidade seja contestada por algumas pessoas e pelos livros.

Portanto, os Índios possuem o direito ao espaço urbano, à cidade. O preconceito contra estes povos é mesquinhez, é arrogância e prepotência. São seres humanos que no processo de encontro com outro povo, foi dominado e impossibilitado de ver seus horizontes, foi escravizado, humilhado e enjaulado. Excluí-los da cidade, porquê?

Muitos nasceram neste espaço, assim como seus antepassados. Isolá-los não é a melhor saída. Pode-se pensar as duas situações: espaço rural e urbano, o direito a autonomia e liberdade de escolha, com identidade.

O estudo, possibilitou conhecer mais a cultura indígena Kaingang e assim compreender melhor este povo que encontramos todos os dias e em vários locais da cidade de Chapecó (SC). Nossa hipótese se confirma: O território dos Índios Kaingang que perambulam pela cidade de Chapecó (SC) diariamente e neste vão afirmando suas territorialidades.

A história da colonização do município de Chapecó (SC) e da cidade, são a soma de povos Guarani, Kaingang, Caboclos, descendentes de europeus e africanos, pessoas trabalhadoras e mercedoras de nossas considerações, sem exceções.

## Notas

\* Especialista em Geografia, Gestão Ambiental Municipal e Regional pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó-SC.

\*\* Especialista em Geografia, Gestão Ambiental Municipal e Regional pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (SC).

\*\*\* Professor orientador, mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional da UNISC – RS e professor de CCHS da Unochapecó.

## Referências

CIMI, Regional Sul. **Toldo Chimbangue, História e luta Kaingang em Santa Catarina**. Xanxerê. Ed. CIMI, 1994.

FERNANDES, Cid Ricardo. **Kaingang: terra, história e cultura**. São Paulo, 2000.

FERNANDES, Idalino. BARBOSA, João; OLIVEIRA, Licério de; RENK, Arlene, **Povos Indígenas por uma Terra sem Males: Palestra sobre a Semana dos povos Indígenas**. Chapecó, 20 h de 15 de Abril de 2002.

HENRIQUE, Karyn Nancy Rodrigues (mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina). **Território Indígena em Espaços Urbanos: Um Estudo da Migração dos Indígenas da TI Ibirama para Blumenau (SC)**. Florianópolis, 2000.

LAPLANTINE, François. A pré-história da Antropologia. In: **Aprender Antropologia**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.37-53.

MARCON, Telmo. **História e cultura Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade, 1994.

SANTOS, Coelho Sílvio. **Índios e Brancos no sul do Brasil**. Passo Fundo: Edene, 1973.

\_\_\_\_\_. **Os povos Indígenas e a Constituinte**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

TOMMASINO, Kimiye. **Identificação das famílias Kaingang residentes na cidade de Chapecó-SC**. (tese de doutorado), março/98.

UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes. Mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Ed. Argos, 2002.

## **Abstract**

Aiming to identify the Indians as being in the process of forming the city of urban socio the Chapecó (SC); identify the occupations in the urban space, mapping the point of stopping and camps from the nineteenth century, researching and reporting as was the process of release and / or expropriation of urban space by Kaingang and Guarani; verify the consequences of expropriation and the process of urban adaptation or not the rural land demarcated and identified as the work processes of indigenous families in the urban space is that we conducted this study which theme: The Indian, the Village and Urban Space in the Formation of Socio Chapecó (SC).

**Keywords:** Kaingang, Guarani, urban Indian.

